



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 13/2010** -----

-----Aos onze dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 10 de Maio de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.395.749,94 € (Um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e nove euros e noventa e quatro centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

-----**2 – ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

-----**2.1.1 – SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Vereador Paulo Rocha começou por referir o seguinte: -----

-----“Foi recentemente apresentado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente ao ano de 2008, de responsabilidade da OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, tendo algumas das suas conclusões passado despercebidas, certamente por lapso, a todos os meios de comunicação social local, no que obviamente se refere ao concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Parece-me importante frisar que segundo o mesmo estudo, o Município de Oliveira do Hospital, no ano em referência e na senda de anos anteriores, estava nas posições mais elevadas do ranking de alguns critérios de análise de situação financeira, nomeadamente: -----

-----Montante total da dívida (2º melhor das autarquias de média dimensão); o peso da dívida por habitante e o montante de dívidas a fornecedores. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----É confirmada assim, por uma fonte isenta e externa à autarquia a saudável situação financeira que corresponde, com maior acutilância no momento em que vivemos, na exacta medida dos interesses de uma perspectiva continuada de desenvolvimento que queremos para este território.

-----O Presidente da Câmara referiu que não tinha conhecimento dessa publicação pelo que iria inteirar-se da informação necessária sobre o assunto. -----

**-----2.1.2 – COMENTÁRIO PROFERIDO PELO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE A “DIGNIDADE” DA VIATURA DA AUTARQUIA AFECTA AOS SERVIÇOS DA PRESIDÊNCIA, OU AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se ao comentário proferido pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre a “dignidade” da viatura da autarquia afecta aos serviços da Presidência, ou ao Sr. Presidente da Câmara, dando conta que teve conhecimento do mesmo através de um meio de Comunicação Social uma vez que não esteve presente na última sessão daquele órgão, por motivos pessoais e profissionais. -----

-----Prosseguiu referindo o seguinte “em primeiro lugar parece-me totalmente descabido que um assunto desta natureza tenha merecido sequer uma referência, agravado pelo facto de ter sido efectuado pelo próprio Presidente da Assembleia Municipal, numa sessão ordinária desse órgão e que não nos podemos esquecer é de facto o órgão deliberativo do município, ou seja, o seu órgão mais importante. -----

-----Em segundo lugar parece-me, salvo melhor opinião, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se incomodou, segundo o relato do próprio jornal, com aquilo que não devia. Ou seja, na minha opinião, se calhar deveria ter-se incomodado com a situação financeira da empresa Águas do Zêzere e Côa com o montante das dívidas que, e não querendo generalizar a maior parte dos municípios tem para com a empresa, e que não inibe os seus mais altos titulares de se fazerem transportar em viaturas mais dignas, segundo disse o próprio Presidente da Assembleia. Por outro lado parece-me, se calhar, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se devia ter incomodado com o montante das remunerações que auferiram no ano transacto, na senda também de anos anteriores, os membros do Conselho de Administração da empresa Águas do Zêzere e Côa”. - -----

-----O Presidente da Câmara referiu que pretendia não se pronunciar sobre este assunto, dando conta que, quando foi abordado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal relativamente a esta matéria, teve o cuidado de sublinhar que se tratava de um assunto que não gostaria de ver discutido em praça pública, independentemente da sua opinião sobre este assunto. Mais referiu entender que face à crise que se vive, não faz muito sentido a autarquia neste momento adquirir uma viatura, não descurando a hipótese de isso vir a acontecer no futuro, salientando no entanto que se trata de uma situação “que se prende com a dignidade do cargo”. Esclareceu ainda que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se referia às viaturas dos Presidentes das Câmaras Municipais que se fizeram representar numa reunião da empresa Águas do Zêzere e Côa, realizada em Belmonte, e não às viaturas daquela empresa, sublinhando que aquele autarca teve a possibilidade de fazer tal constatação porque o acompanhou à dita reunião. Disse no entanto que na sua opinião a dimensão do trabalho não se mede pelos carros, entendendo assim que não se trata de um problema de dignidade dos cargos porque na sua opinião também não se mede por aí. Fez ainda saber que como Presidente da Câmara não pensa, nos tempos mais próximos “com as dificuldades que as famílias atravessam” propor em reunião da Câmara Municipal a aquisição de qualquer viatura, pelo que, no seu entender é uma ideia que está efectivamente afastada. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Paulo Rocha esclareceu que quem deu origem a esta polémica foi o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, através do comentário que fez em plena sessão da Assembleia Municipal, e não os Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, explicando que aquilo que foi dito não se prende com a dignidade do carro, mas sim com o contexto em que é feito o comentário acerca de uns quantos Presidentes de Câmara que se fazem transportar em viaturas topo de gama para uma reunião de uma empresa pública, à qual devem alguns milhares de euros. Salientou no entanto que “se calhar a mim incomodava-me muito mais, como sempre disse, o valor das remunerações que auferem os titulares do Conselho de Administração, incluindo os membros do Conselho de Administração, representantes dos municípios, que como o Sr. Presidente da Câmara sabe, recebiam na ordem dos 20.000 euros por ano, em senhas de presença.” Disse ainda entender que “isso é que o deveria ter incomodado, e não a dignidade do carro, que é subjectiva e é um assunto supérfluo. Agora, não fui eu quem levantou o problema.”-----

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu que “esta é uma polémica estéril e sem sentido”, considerando contudo que “o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tem o direito a dar a sua opinião”.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que, neste momento, a situação de crise que se vive, quer no país, quer no concelho, não permitem que se pense nessa possibilidade. Entende no entanto que qualquer carro de 30.000 euros é o suficiente para transportar um Presidente de Câmara com alguma dignidade, sublinhando que para o efeito não é preciso um carro de 50.000/60.000 euros.---

-----O Vereador Mário Alves disse ainda entender que não é o carro que dá dignidade a quem quer que seja, sublinhando que um dos problemas da sociedade Portuguesa é esse. Disse ainda que as pessoas têm valor por aquilo que são, e não pelos meios de transporte que utilizam.-----

**2.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

**-----2.2.1 – PALAVRAS PROFERIDAS PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE A UMA CANDIDATURA QUE A CÂMARA MUNICIPAL PRETENDIA APRESENTAR**-----

----- O Vereador Mário Alves referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na última sessão daquele órgão, fez umas referências, que não percebeu, relativamente a uma candidatura que a Câmara Municipal pretendia apresentar, sublinhando que depois “divagou sobre o PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e sobre o PROT – Programa Regional de Ordenamento do Território, deixando no ar aquela velha questão de que Oliveira do Hospital, não estava..., ou não estaria..., e que não sabia de quem era a culpa”. Prosseguiu referindo que “eu confesso, sinceramente, que não percebi absolutamente nada daquilo que disse”. Clarificou no entanto que “o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território é da responsabilidade do Governo do país. Foi o Governo que o mandou elaborar. E que o Plano Regional de Ordenamento do Território é da responsabilidade da CCRC – Comissão de Coordenação da Região Centro” Disse ainda que no que se refere aos eixos, no PNPOT, nomeadamente na página 44, faz referência clara a um eixo urbano constituído por Oliveira do Hospital, Seia, Guarda e Gouveia. E portanto, não percebo, qual referência, que referência quis fazer, e o que é que quis insinuar politicamente”.-----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu que “nós temos alguma dificuldade de comunicação, o senhor não percebe o que eu digo, e eu às vezes também não percebo o que o senhor diz. Mas temos aqui algumas dificuldades de comunicação, sobretudo quando começa a ler críticas intrínsecas onde não as há. O grande problema é este, é que quando eu



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

digamos alguma coisa, o Senhor Vereador Mário Alves acha que é uma crítica intrínseca ao passado. Eu já disse várias vezes que não é isso, apenas entendo que não posso ser responsabilizado por aquilo que não faço”. Esclareceu ainda que “aquilo que eu disse é que há uma candidatura aberta até ao dia 4 de Junho, dirigida às cidades, com vista à realização de parcerias. Ou seja, há duas cidades inseridas em determinado artigo do Programa Nacional de Ordenamento do Território, e Oliveira do Hospital não está lá, foi isso que eu disse” Esclareceu ainda que “O Município de Oliveira do Hospital já tinha realizado uma parceria com Seia, a qual incluía a criação de uma residencial para a juventude, estava a trabalhar-se nesse sentido, e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não pôde candidatar-se”. Mais referiu que “mesmo que lá tenha as prioridades, o artigo que nos regula, não inclui a cidade de Oliveira do Hospital”. Garantiu no entanto que “no PROT Centro, Oliveira do Hospital aparece junto às cidades incluídas naquele artigo, nomeadamente Mangualde, Ílhavo, Abrantes, Marinha Grande, Anadia, e Seia, ou seja, um conjunto de cidades da dimensão da de Oliveira do Hospital porque desde que inicie na Câmara as minhas funções tenho participado na dimensão desse documento e defendido com toda a firmeza as posições do Município de Oliveira do Hospital”. Disse igualmente que apenas tinha constatado um facto e que sobre isso não tinha qualquer responsabilidade. Salientou ainda que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não pode apresentar candidatura porque não consta daquele artigo.-----

**-----2.2.2 – EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “ESTRADA DO VALE DO ALVA, 3ª FASE – TROÇO III – ALDEIA DAS DEZ/ VALE DE MACEIRA” -----**

----- O Vereador Mário Alves disse desconhecer a razão porque é que já solicitou por duas ou três vezes a listagem dos proprietários dos terrenos confinantes com a estrada municipal que liga Aldeia das Dez a Vale de Maceira, para que a Câmara Municipal se pronunciasse sobre aquilo que são as contrapartidas, dado que, houve terrenos que foram pagos, e outros que foram cedidos, quer gratuitamente, quer a troco de algumas contrapartidas, e até ao momento essa listagem ainda não foi presente a este órgão. Disse ainda que essa listagem ainda não foi presente à Câmara Municipal para que se pronuncie relativamente a esta matéria, salientando que se algo estiver a ser feito no âmbito das contrapartidas, mais uma vez estará a ser feito ilegalmente à revelia do órgão a quem compete decidir sobre este assunto. Mais referiu que “para além disso, e na perspectiva daquilo que eu disse anteriormente, servirá também para que a Câmara Municipal, enquanto órgão, possa agradecer aos proprietários que disponibilizaram os seus terrenos sem pensar em nada, ou seja, só para benefício do interesse público”.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara deu conta que solicitou a referida listagem ao seu Adjunto de Gabinete, Francisco Rodrigues, tendo sido informado que alguns proprietários haviam sido contactados numa reunião onde inclusivamente tinha estado presente o anterior Presidente de Câmara, pelo que provavelmente o Sr. Vereador Mário Alves deve saber quem são os proprietários que contactou aquando da referida reunião.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que não tinha quaisquer elementos relativamente a essa matéria, sublinhando que nunca retirou documentos da Câmara Municipal para sua informação pessoal. Salientou ainda que toda a documentação que utilizou neste órgão, enquanto Presidente do mesmo, ficou nos serviços. Disse no entanto ter conhecimento que naquela altura foi feita uma listagem, que pensa estar na posse dos serviços técnicos da autarquia. Deu igualmente conta que na dita reunião, na qual efectivamente também participou, a posição de cada um dos proprietários que lá se encontravam presentes não era unânime, porque enquanto que para uns estava tudo bem, para outros já assim não era, ou porque pretendiam ser ressarcidos pela cedência dos seus terrenos, ou porque pretendiam obter qualquer outro tipo de contrapartida pela cedência dos mesmos.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara lembrou que do que foi negociado o executivo já teve conhecimento em reunião da Câmara Municipal de 2 de Fevereiro de 2010, aquando da decisão de autorização do pagamento de indemnização pela cedência desses terrenos, realçando que “eu não tenho qualquer conhecimento de outras contrapartidas para além daquelas”.-----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que apenas solicitou a listagem para que a Câmara Municipal possa tomar uma deliberação no sentido de agradecer a todos aqueles que cederam os seus terrenos gratuitamente. -----

-----O Presidente da Câmara reconheceu tratar-se de um trabalho com alguma complexidade pelo facto de não se conhecerem as pessoas envolvidas neste processo, admitindo no entanto que é necessário elaborar a referida listagem, mesmo que para isso seja necessário reunir com a Presidente da respectiva Junta de Freguesia. -----

**-----2.2.3 – ANÁLISE EFECTUADA AOS PROCESSOS REFERENTES A OBRAS DEFERIDAS/INDEFERIDAS -----**

----- O Vereador Mário Alves referiu-se à solicitação que efectuou em reuniões anteriores para consultar alguns dos projectos de obras que haviam sido objecto de despacho por parte do Sr. Presidente da Câmara, salientando que, da análise que efectuou a um dos projectos, a sua estrutura já estava implantada, sem que para o efeito tivesse sido emitida a respectiva licença. -----

-----Dirigindo-se ao Presidente da Câmara mais referiu que “como V. Exa. sabe, muito recentemente, aqui, numa reunião pública, fui alvo de acusação por causa de uma outra questão, em que, tentou, de alguma forma, insinuar que eu não terei agido da forma considerada mais correcta quando era Presidente desta Câmara Municipal”. Tendo verificado que a obra em causa já estava com a estrutura devidamente implantada, questionou o Presidente da Câmara sobre se foi levantado algum auto de notícia, se existe algum auto de contra ordenação e bem assim se a obra foi ou não objecto de embargo.-----

-----O Presidente da Câmara disse desconhecer a que obra é que o Senhor Vereador Mário Alves se está a referir, deduzindo no entanto que, se tiver a ver com uma obra que está a ser realizada aqui perto, já está, neste momento, a decorrer um auto de contra-ordenação, tendo decretado o auto de embargo da obra. Mais referiu que o referido processo foi alvo de recurso, por parte do proprietário, uma vez que o projecto já tinha sido entregue nos serviços da autarquia estando a ser objecto de uma última análise. Informou no entanto que o projecto em causa foi deferido. No que diz respeito ao levantamento de autos de notícias por parte dos serviços de fiscalização, deu conta que já dialogou com os funcionários no sentido de serem criados critérios para efeitos de levantamento dos respectivos autos de embargo, por entender que se trata de um processo que deve ser totalmente transparente e bem assim para que os embargos não sejam feitos “à medida das pessoas, ou das caras”. Entende assim que “na procura dessa transparência, devem ser os serviços técnicos, dentro das suas responsabilidades, a emitirem pareceres sobre essa matéria”. Lembrou igualmente que para o efeito é necessário criar um conjunto de critérios que sejam claros no que toca a essa matéria, onde se possa basear e assinar com toda a transparência, reconhecendo que ainda não tem o conhecimento, no que diz respeito às obras, para distinguir aquelas que devem ou não ser embargadas. Esclareceu assim que a sua pretensão é que os embargos que até agora foram feitos a “olhómetro” não voltem a acontecer.-----

-----O Vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara relativamente ao seu entendimento de “embargo a olho métrico”, esclarecendo que “só existe embargo numa condição, é em construção que está a ser efectuada sem projecto, sem licença administrativa, ou em construção que está a ser executada com projecto e licença administrativa, mas cuja obra está a ser efectuada





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

em desacordo com o mesmo. E depois existem dois tipos de embargo, o embargo total e o embargo parcial, havendo no entanto, algumas obras em que pode ser aplicada a figura do embargo parcial”. Disse ainda que, em algumas situações de desconformidade com os projectos, não deveriam sequer dar lugar a embargo, mas sim à comunicação e notificação para a entrega do respectivo projecto de alterações, quando se trate de pormenores facilmente legalizáveis”.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu ainda que, perante algumas dúvidas e hesitações por parte dos serviços de fiscalização relativamente à prestação de informação sobre alguns processos, tem remetido os mesmos para emissão de parecer jurídico, sendo que, em alguns casos são emitidos em conformidade com as informações prestadas pelos serviços. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou no entanto que os serviços de fiscalização apenas se deslocaram ao local da obra em causa, porque quando efectuou a consulta aos processos deferidos/indeferidos, conforme solicitou, teve o cuidado de alertar os serviços para esta irregularidade. -----

-----O Presidente da Câmara concluiu referindo desconhecer se a obra foi iniciada agora ou se iniciada no anterior mandato.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que a obra não foi iniciada no mandato anterior e que continua em bom ritmo. -----

-----**2.2.4 – OBRA QUE ESTÁ A SER EXECUTADA JUNTO AO QUARTEL DA GNR** --

----- O Vereador Mário Alves disse ter-se apercebido que estão a ser iniciados alguns trabalhos de pavimentação em cubinhos no passeio junto ao Quartel da GNR – Guarda Nacional Republicana de Oliveira do Hospital, sugerindo ao Presidente da Câmara para que, se efectivamente é essa a intervenção que vai ser feita, lembrar os serviços técnicos de que, precisamente naquele local, vai ser realizada uma obra de remodelação da Avenida Dr. Carlos Campos, pelo que o lancil existente deve ser levantado na sua totalidade e colocado lancil novo à quota necessária, para que, aquando da realização da obra não tenham que destruir aquilo que hoje andam a fazer. Salientou ainda que “isto é um princípio, e é assim que deve ser feito”. Mais referiu que “se houver alguma infraestrutura de qualquer nível para introduzir no passeio, deve ser já introduzida para que no futuro não tenham que levantar o pavimento”.-----

-----O Presidente da Câmara deu conta que a intervenção em causa foi efectuada na sequência de um pedido formulado pela GNR local à Câmara Municipal, esclarecendo que efectivamente está a ser elaborado um estudo com vista à realização de diversas intervenções previstas para aquela zona, sendo no entanto um assunto que irá analisar conjuntamente com os técnicos da autarquia. -----

-----**2.2.5 – NOVO ESPAÇO DA FEIRA**-----

----- O Vereador Mário Alves deu conta que ontem passou junto ao novo espaço da feira, salientando que ficou estupefacto com o ar de abandono em que se encontram os taludes. Disse ainda ter verificado que os tojos estão já de uma altura considerável, realçando a falta de limpeza da zona envolvente para que os arbustos que lá foram colocados, e que pretendem dar um ar diferente àquele espaço, se possam efectivamente desenvolver dentro dessa base.-----

-----Interveio o Vereador José Francisco Rolo que informou estarem ao corrente da situação mencionada pelo Sr. Vereador Mário Alves, reconhecendo que efectivamente a vegetação entretanto cresceu, tendo referido que as condições climáticas não têm permitido que se faça qualquer tipo de intervenção no local. Deu ainda conta que a limpeza dos taludes e da zona envolvente aos arbustos está programada para breve tendo em conta a preparação daquele espaço



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

para a realização das actividades a desenvolver no âmbito da Semana Académica, a levar a efeito pela Associação de Estudantes da ESTGOH. -----

**3 - ORDEM DO DIA** -----

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, rectificar os pontos 3.5.2 e 3.9.2 da presente Ordem do Dia, no sentido de corrigir a sua designação dado que, onde se lê “Volta a Portugal em Bicicleta”, deve ler-se “2º Grande Prémio Liberty Seguros”. -----

**3.1 - ABERTURA DE CONTA NO BARCKLAYS** -----

D.A.G.F.

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do n.º 1, do artº. 11º do Regulamento de Controlo Interno, proceder à abertura de uma nova conta bancária no BARCKLAYS – Balcão de Oliveira do Hospital.-----

**3.2 - LARA MARINA RICARDINO ABRANTES - "LAGAR VAL DOS AMORES - RESTAURANTE/BAR" - PEDIDO DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO** -----

D.A.G.F/Proc.33/6

-----Requer autorização para a prolongamento do horário de funcionamento das 2 horas às 4 horas, do espaço “Lagar Val dos Amores – Restaurante / Bar, sito entre os Fiais e Ervedal da Beira.

-----Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 4º do Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, deferir o pedido, atendendo que se trata de um local isolado e distante de localidades. -----

**3.3 - ADENDA AO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - DECRETO-LEI Nº 124/2006, DE 28 DE JUNHO, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI Nº 17/2009, DE 14 DE JANEIRO** -----

D.A.G.F/Proc.32/9

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara a Proposta de Adequação do Conteúdo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), face às alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro, que se consubstancia no estabelecimento de regras e condicionalismos à edificação, para vigorarem na área do concelho de Oliveira do Hospital durante a vigência do presente plano (PMDFCI), constituindo um aditamento ao PMDFCI, sendo de aplicação imediata, a qual por ser extensa se dá por inteiramente reproduzida ficando a fazer parte integrante desta acta, para análise e aprovação nos termos do disposto na alínea e) do artigo 2, da Lei nº 20/2009, de 12 de Maio e posterior submissão à Assembleia Municipal para conhecimento.--

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves disse não entender porque razão é que este assunto é presente à Câmara Municipal se, a Câmara Municipal, enquanto órgão, não aprova o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nem tem responsabilidades sobre a sua elaboração, sublinhando que esta tarefa é da competência da Comissão respectiva nos termos do disposto no Decreto-lei 124/2006, de 28 de Junho, na actual redacção. Questionou assim o Presidente da Câmara sobre como é que o executivo pode aprovar uma adenda a um Plano que não aprova, uma vez que aquilo que é feito neste âmbito é que, sendo o Presidente da Câmara o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente da Comissão, apenas submete o respectivo Plano a conhecimento da Câmara Municipal, o qual só tem força legal depois de aprovado pela Autoridade Florestal Nacional. Realçou ainda tratar-se de um assunto que não tem qualquer cabimento, lembrando que, caso a Câmara Municipal venha a aplicar aquilo que é proposto na presente proposta relativamente aos afastamentos, sem a aprovação da Autoridade Florestal Nacional, estará, na sua opinião, a incorrer em ilegalidade.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo lembrou que esta questão havia sido levantada pelo Vereador Paulo Rocha, em anterior reunião da Câmara Municipal, e que o Sr. Presidente da Câmara, na altura, reconheceu a pertinência da questão colocada, informando que já existia uma proposta formulada, mas que resolveu solicitar aos serviços a elaboração de um novo documento, o qual se encontrava em fase de elaboração. Disse ainda que, caso não tivesse sido levantada essa questão, e se não fosse dado conhecimento ao executivo, provavelmente o Vereador Mário Alves estaria agora a cobrar o facto de ter sido colocada uma questão à qual não tinha tido resposta. -----

-----O Vereador Mário Alves questionou ainda sobre como é que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta pode propor que a Câmara Municipal aprove a referida adenda e dê conhecimento à Assembleia Municipal se, tal como é referido na presente informação, tem que ser considerado ao nível do PDM – Plano Director Municipal do Município de Oliveira do Hospital. Lembrou igualmente que o PDM é aprovado, quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal, sendo posteriormente remetido à Secretaria de Estado para efeitos de homologação. Entende assim que a aprovação da referida adenda pela Câmara Municipal não é compatível com aquilo que está definido ao nível do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, sublinhando que a Câmara Municipal não tem competência para aprovação do referido documento. Salientou ainda que no seu entender é a Comissão Municipal de Defesa da Floresta que aprova o dito plano e que o remete à Autoridade Florestal Nacional para ratificação. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu entender que a premissa que esteve por detrás da vinda deste documento à presente reunião de Câmara foi a posição e o pedido de esclarecimentos por parte do Vereador Paulo Rocha em anterior reunião de executivo. -----

-----O Vereador Paulo Rocha esclareceu que também tinha referido nessa reunião do executivo que “o senhor Presidente da Câmara anterior tinha solicitado aos serviços que percebessem de que forma é que se podiam resolver determinadas situações a bem de algum crescimento deste concelho, sem contrariar o espírito da Lei”. Lembrou no entanto que aquilo que está em discussão é a formalidade do processo, sublinhando que a Câmara Municipal não pode aprovar um documento para o qual não tem competência. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que aquilo que poderia ter acontecido era antes da Comissão Municipal de Defesa da Floresta se ter pronunciado, a Câmara Municipal apresentar como sugestão a presente proposta para integrar ao nível do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

-----Interveio o Vereador José Carlos Mendes referindo que, do que pôde verificar, essa proposta foi apresentada pela Câmara Municipal à Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e foi aprovada por aquela entidade, dando-lhe algum suporte. -----

-----O Vereador Mário Alves disse discordar, esclarecendo que o suporte legal advém da aprovação por parte da Autoridade Florestal Nacional da introdução da referida alteração. Disse ainda que em caso de dúvida prevalece a Lei. -----

-----No seguimento da intervenção do Vereador Mário Alves, o Presidente da Câmara solicitou a presença da Jurista, Isabel Antunes e do Engenheiro Florestal, José Carlos Silva, a fim de tecerem algumas explicações relativamente à legalidade da tramitação dos procedimentos adoptados no âmbito deste processo. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Jurista, Isabel Antunes, começou por explicar que nos termos da Lei nº 20/2009, de 12 de Maio, compete às Câmaras Municipais pronunciarem-se sobre os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu tratar-se de coisas diferentes, explicando que, em termos de competências, a Comissão Municipal de Defesa Contra Incêndios aprova o documento e remete-o para a Autoridade Florestal Nacional, que depois de o homologar o considera válido. Salientou no entanto que o problema que surge agora surge por causa da classificação do risco de incêndio que é introduzida pelo Decreto-lei nº 124/2006, e bem assim pela nova redacção que lhe é dada pelo Decreto-lei nº 17/2009, o qual refere que, em solos florestais com a possibilidade de risco de incêndio de muito alta a alta, não é permitido implantar qualquer tipo de construção. Nos de média/baixa e muito baixa é permitido desde que haja um afastamento de 50m. Mais referiu que, à posterior, e sendo um caso complicado, nomeadamente ao nível dos concelhos como o de Oliveira do Hospital, foi dada a possibilidade de que essa distância fosse inferior, desde que contemplada no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ou seja, desde que a Comissão que aprova este documento definisse regras diferentes relativamente a esta matéria, regras essas que, ao contrário do que acontece com a elaboração do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios, já podem ser inseridas pela Câmara Municipal. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que aquilo que aqui está em causa é que a presente proposta é remetida pelo Grupo de Trabalho à aprovação da Câmara Municipal. -----

-----O Vereador Mário Alves disse igualmente não fazer sentido que a presente proposta seja remetida para aprovação da Câmara Municipal e posterior conhecimento da Assembleia Municipal.

-----Sobre o assunto, a Jurista, Isabel Antunes, deu conta que a Assembleia Municipal não tem competência para aprovar mas apenas para tomar conhecimento. -----

-----O Vereador Mário Alves questionou no entanto sobre quem é que aprova o PDM. -----

-----A Jurista, Isabel Antunes, disse concordar com as declarações do Vereador Mário Alves mas esclareceu tratar-se de documentos totalmente diferentes, salientando que uma coisa é o PDM, ou seja, um plano que tem eficácia pura e subjectiva, e que é aplicado a todos os cidadãos, sendo que para a sua aplicação precisa de seguir outros procedimentos no âmbito do Decreto-lei nº 380/99, na actual redacção, e outra coisa é o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ou seja, um plano muito mais simplificado e que só necessita de ser aprovado em Comissão Municipal da defesa da Floresta Contra Incêndios e ser remetido à Autoridade Florestal Nacional para obtenção de parecer. Disse no entanto que este processo também foi levado a reunião da Câmara Municipal para aprovação e como tal foi seguido o procedimento inicial. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que já na altura a Câmara Municipal não aprovou o documento tendo apenas tomado conhecimento, o que no seu entender é diferente. Lembrou igualmente que aquilo que hoje aqui é proposto á a aprovação de uma adenda ao PMDFCI, quando a Câmara Municipal nem sequer aprovou o respectivo documento. -----

-----A Jurista Isabel Antunes disse que a presente proposta é feita no sentido de dar conhecimento à Câmara Municipal. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou por conseguinte que não é isso que é apresentado na proposta ora efectuada uma vez que esta, no seu **ponto V**, submete a Adenda ao PMDFCI à aprovação da Câmara Municipal. -----

-----De seguida, o Engº Florestal, José Carlos Silva, deu conhecimento de todos os procedimentos administrativos relacionados com todo o historial deste processo. -----

-----O Vereador Mário Alves disse no entanto ter dúvidas relativamente à proposta apresentada uma vez que não lhes foi dada a oportunidade de se pronunciarem sobre ela, sublinhando que “se por um lado a proposta procura salvaguardar o princípio enunciado na lei relativamente ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

afastamento, por outro lado esqueceu-se desse princípio”. Prosseguiu referindo que a alínea a) da presente proposta refere que “em solo rural concretamente em espaço florestal conforme definido em Planta de Ordenamento do PDM e fora das áreas edificadas consolidadas, conforme definido no artigo 3º 1B do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº17/2009, de 14 de Janeiro, tem de salvaguardar na sua implantação do terreno uma faixa de protecção nunca inferior a 20m, à extrema da propriedade, com excepção da extrema confinante com a via pública”. Salientou ainda que “isto não defende coisa nenhuma, porque nós sabemos que um caminho florestal tem 4m de largura. E então eu pergunto, se eu tenho pinhal em frente e salvaguardo às extremas uma distância de 20m, o risco continua porque à frente não afastou coisa alguma”.-----

-----A Jurista, Isabel Antunes, referiu que em relação à extrema confinante com a via pública já se pressupõe que na via pública esteja uma faixa limpa. -----

----- O Vereador Mário Alves referiu que “não se pressupõe nada, porque a lei refere que o afastamento de uma construção em caminhos vicinais são 4m ao eixo, e se for no PDM são 6m”, salientando que isso só significa que “o máximo que essa construção ficará afastada não chega a 8m. Ora, se nós estamos a definir 20m em afastamentos laterais, 20m em afastamento tardoz, e há um caminho em frente, logo devemos exigir um afastamento”. Salientou ainda que aquilo que está em causa não é a estrada mas sim a protecção da habitação. Mais referiu que de acordo com as normas propostas e aprovadas pela Comissão Municipal da Defesa da Floresta para integrar no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o que tem de ser considerado é este princípio, ou seja, o princípio da salvaguarda do bem, razão pela qual a lei refere que em determinadas situações a construção deve obedecer a determinadas características. -----

-----A Jurista, Isabel Antunes, lembrou que o regime supletivo é de 50m, e não havendo regras, estas são tecidas em Plano Municipal. Esclareceu no entanto que é necessário saber distinguir o princípio estipulado para efeitos de limpeza de terrenos, e aquele que é utilizado para efeitos da implantação de uma habitação.-----

-----O Vereador Mário Alves disse ainda entender que este princípio deveria ter sido acautelado na presente proposta, pelo que, no futuro, não quer ser co-responsabilizado por qualquer situação que eventualmente possa acontecer relativamente a esta matéria. Disse igualmente que “se eventualmente eu tivesse a ver com a elaboração desta norma, não a teria definido a este nível”. Lembrou também que, em espaço urbano, o afastamento é de 10m. -----

-----Em face do exposto interveio o Presidente da Câmara propondo à Câmara Municipal a rectificação da informação elaborada pelo Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da presente proposta, no sentido de esclarecer que onde se lê “...submete-se a proposta em anexo à apreciação de V. Exa. tendo em vista a sua aprovação”, deve ler-se “...dê-se conhecimento à Câmara Municipal da proposta que foi levada à Comissão Municipal da Defesa da Floresta e aprovada por esta ...”. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, tomando conhecimento da Proposta de Adequação do Conteúdo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.** -----

**3.4 - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE - PROJECTO "IC 37 - VISEU (IP5/A25) / SEIA (IC 7)" - ESTUDO PRÉVIO** -----

**D.S.T./Proc.10**

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara o Ofício Circular 271/10/GAIA – AIA2178/GAIA, de 20 de Abril de 2010, remetido pela Agência Portuguesa do Ambiente, a informar que está a decorrer o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) relativo ao projecto em epígrafe, solicitando para o efeito a emissão de parecer relativamente ao mesmo.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara solicitou assim aos Senhores Vereadores que, com conhecimento prévio da documentação em análise, se pronunciassem acerca do mesmo. -----

-----Interveio o Vereador Mário Alves que referiu manter tudo aquilo que já havia dito anteriormente relativamente a esta questão, sublinhando que “no que diz respeito ao IC6, aquilo que tinha sido definido anteriormente é de que “a Câmara Municipal pronunciou-se pelo traçado que se desviava da Bobadela e que passava sobre a zona de Gavinhos, prevendo a criação de um nó não na Póvoa das Quartas mas em Folhadosa, era essa a proposta, porque o outro traçado era aquele que mais beneficiava por ser aquele que menos destruía a zona do Vale do Alva, nomeadamente na freguesia de São Gião, que afastava ligeiramente o nó da zona de Parente. Mais referiu que “no que diz respeito ao IC37, aquilo que também disse, à data, foi que, nós defendemos o nó do IC37, o mais próximo de Oliveira do Hospital, uma proposta que no início foi colocada de parte porque na análise não tinha cabimento por passar sobre a Zona Industrial de Seixo da Beira, pelo que a opção seria a outra que passava sobre o limite da freguesia de Seixo da Beira, ou seja, foram as opiniões que foram emitidas e são aquelas que continuo a defender”. Referiu igualmente que “julgo que são também aquelas que mais interessam ao concelho de Oliveira do Hospital”. -----

-----Sobre o assunto, os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre - OHS, referiram que, depois de terem efectuado um estudo aos documentos apresentados, relativamente aos três traçados em causa, verificaram que são apresentadas várias soluções nos diversos traçados, sendo que, no caso concreto do IC6/IC7 até Oliveira do Hospital, aparecem duas soluções na zona da Bobadela, uma mais próxima, outra mais afastada. Entendem no entanto que a mais próxima serve melhor os interesses de Oliveira do Hospital, nomeadamente das populações de Nogueira do Cravo e da Bobadela. Contudo, consideram existir ali o problema arqueológico da freguesia de Bobadela, o que, depois de terem reflectido sobre o assunto, entendem que, ao ser apresentada esta proposta, certamente que os técnicos, conhecendo as características daquela freguesia, têm a noção de que poderão aparecer neste traçado situações mais delicadas, assim como também poderão aparecer no outro, pois nada impede que isso aconteça. Consideram igualmente que, se surgirem situações dessa natureza, terão que ser resolvidas, mas com a vantagem de que se isso acontecer o concelho de Oliveira do Hospital ficará a perceber que tem um património arqueológico muito maior do que aquilo que todos imaginam. Referiram contudo que, se isso acontecer, terá que se resolver e por conseguinte enriquecer o património do Município de Oliveira do Hospital. Assim, tendo em conta que, para as populações do concelho de Oliveira do Hospital é melhor aquele traçado por ter um nó de ligação na Bobadela, sendo assim mais fácil chegar a qualquer outro destino, são de opinião de que se deve optar pela **Solução 1**. -----

-----No que diz respeito ao IC6, referiram corroborar da opinião do Vereador Mário Alves, uma vez que também reconhecem que a solução que fica mais a sul de São Gião, ao nível de impacto ambiental, será pior que a outra que passa mais a norte. Referiram no entanto ser defensores dessa solução, apesar de existir um nó de ligação à freguesia de Alvôco das Várzeas, fazendo com que a população daquela zona tenha que entrar no nó mais acima, em Vide. Entendem assim que, pelo custo benefício, vale a pena optar pela solução que fica mais a norte da freguesia de São Gião. Realçou ainda o quanto seria importante e interessante pensar-se na possibilidade de ser criado um nó na freguesia de São Gião. -----

-----Quanto ao IC37, referiram defender a opção do troço 2, entre o IC7 e Nelas, salientando que não lhes causa problemas que a solução 2 possa ser a solução utilizada para o troço 1, entre Nelas e Viseu, ou seja uma situação mista. Entendem que para as zonas do interior centro a solução mais indicada é a solução 1. Referiram ainda que o Plano Rodoviário Nacional da Região Centro Interior, tem como principal objectivo criar condições às populações que habitam o território para que, ao nível de acessibilidades permitam o seu desenvolvimento e permitam uma vida digna às pessoas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

que habitam nos diversos locais do país. Assim, na perspectiva daqueles autarcas, dá resposta, não só a um concelho, mas deve também tentar dar resposta ao máximo da população, sendo que, aquilo que lhes parece, este estudo, no que diz respeito ao IC37, foi feito à medida de Seia. Realçaram ainda o facto do referido estudo fazer por diversas vezes alusão a que o concelho de Seia, solicitou...; pediu...; que a Câmara de Seia foi consultada no sentido de saber...; sublinhando que aquilo que lhes parece, é que o que está a ser feito não é um IC para servir toda a zona interior centro, mas sim, uma estrada de ligação entre Seia e Viseu. Por este facto, são de opinião que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deveria manifestar o seu descontentamento junto do Governo relativamente a quem fez este estudo de impacto ambiental. Referiram igualmente considerar que o mais correcto é que o IC37 saísse da interligação do IC7 com o IC6. Contudo, entendem que o Município de Oliveira do Hospital não deve prescindir dos seus direitos no que diz respeito à solução 1 que parte da Catraia de São Romão, defendendo esta solução, argumentando com um conjunto de situações. Entendem assim que, com esta solução, o nó de Paranhos que apesar de ficar equidistante do concelho de Oliveira do Hospital, dá a hipótese da maior parte da população do concelho de Oliveira do Hospital entrar naquele nó e reduzir o seu tempo de viagem. Salientou ainda o facto da Solução 1 servir muito mais populações se for escolhida, do que a solução 2, sendo que, neste caso apenas servirá o concelho de Seia. Pelo exposto, reconhecem que, com base nas razões aqui aduzidas, deve ser arranjada argumentação que defenda a solução do IC37 – **Solução 1.**

-----O Presidente da Câmara referiu que apesar de verificar a existência de alguma divergência de opiniões no que diz respeito ao IC6, corrobora a opinião dos Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS, reconhecendo que, no que diz respeito ao IC37 – Solução 2, se trata de uma proposta encomendada, entendendo também que o Município de Oliveira do Hospital deve, efectivamente, tomar uma posição relativamente a essa situação, defendendo claramente a Solução 1. -----

-----O Vereador Mário Alves explicou as razões que no seu entender levam a que existam diferentes opiniões no que diz respeito ao IC6, reconhecendo também que no que diz respeito ao IC37 se trata de uma proposta encomendada. -----

-----**Em face do exposto, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:** -----

-----**No que diz respeito ao IC6 – Tábua/Oliveira do Hospital, relativamente às propostas de traçado do IC6 em Avaliação de Impacte Ambiental, nomeadamente ao lanço IC6 - Tábua/Oliveira do Hospital, relativamente ao Troço 1, a opção mais favorável para o município de Oliveira do Hospital e, considera-se que também para o município de Tábua e Região Centro, será a Solução 1. Enunciam-se seguidamente os motivos que levaram a esta tomada de decisão:** -----

-----**A solução 1 possui o seu traçado mais curto e situado entre os municípios de Tábua e Oliveira do Hospital, possuindo dois nós de ligação, um dos quais se localiza entre os dois municípios, enquanto que a Alternativa 1 se afasta deste enquadramento, atravessando, mais a norte, o município de Tábua com apenas um nó de ligação. Pela sua localização o traçado da Solução 1 irá beneficiar tanto o município de Tábua como o município de Oliveira do Hospital no que toca à melhoria das acessibilidades, da estruturação de uma rede viária intermunicipal e local mais eficaz, privilegiando uma distribuição igualitária e uma melhor articulação entre os dois municípios. Assim, este traçado, localizado nos limites dos dois municípios, irá servir ambos, sem desfavorecer significativamente nenhum deles.** -----

-----**Por outro lado, a Alternativa 1 aproxima-se da variante de Tábua, favorecendo duplamente os lugares a norte de Tábua, enquanto que a Solução 1 permite abranger o território de Tábua e também de Oliveira do Hospital.** -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Nó de Covas - localiza-se a nascente de Covas, com ligação ao CM1308 no município de Tábua e, por sua vez com ligação à EN17. Este nó permite aproximar e beneficiar os lugares a sul e a poente do município de Oliveira do Hospital, nomeadamente Alfangela, Vilela, Nogueira do Cravo, Galizes e Venda da Esperança, permite estabelecer ligações mais fortes com lugares a sul da EN17, tal como Santa Ovaia, Vila Pouca da Beira, Avô, Ponte das Três Entradas e, do mesmo modo, beneficiar os lugares de Covas, Percelada, Loureiro, Balocas e outros, do município de Tábua.-----

----- Com este nó, verifica-se a aproximação efectiva da região dos Vales do Alva e Alvôco, área de forte valor patrimonial, paisagístico e turístico, às sedes de município, a toda a região centro, nomeadamente Coimbra e, por sua vez, ao litoral. -----

-----Nó de Vila Nova de Oliveirinha - localiza-se entre Vila Nova de Oliveirinha e Bobadela e estabelece ligação à EN230-6, permitindo aproximar e beneficiar de igual modo os lugares dos municípios de Oliveira do Hospital e Tábua, tais como Vila Nova de Oliveirinha, Loureiro, Bobadela, Negrelos, Quinta da Costa e Nogueira do Cravo. -----

-----Com o Nó de Vila Nova de Oliveirinha, esta região terá um novo potencial tanto turístico como económico e social, salientando-se que há economias a desenvolver e valores a divulgar, nomeadamente a aldeia de Bobadela com as suas Ruínas Romanas, o Museu Municipal Dr. Simões Saraiva e o Gabinete Arquitectónico e Histórico/Arqueológico instalado no Centro Interpretativo das Ruínas Romanas da Bobadela, entre outros pontos de interesse cultural e económico.-----

----- De acordo com o Resumo Não Técnico, 'O projecto (IC6) não apresenta, à partida, qualquer impacte negativo específico sobre qualquer imóvel de interesse patrimonial ou qualquer sítio arqueológico, caso sejam cumpridas todas as medidas minimizadoras específicas. ' (IC6 – Tábua/Oliveira do Hospital/Covilhã, Volume IV – Estudo de Impacte Ambiental, Tomo4.5 - Resumo Não Técnico, pág. 30) e a Zona de Sensibilidade Patrimonial das Ruínas Romanas da Bobadela localiza-se fora do corredor de 400m do traçado da Solução 1, pelo que, devido a estes factores apresentados em EIA, se pode considerar que não haverão impactos negativos nesta área patrimonial e que, pelo contrário, a existência de um acesso directo a esta área patrimonial será uma mais valia para a sua divulgação e promoção em toda a região centro.-----

-----A Solução 1 atravessa marginalmente e pontualmente o Corredor Ecológico do Rio de Cavalos, ao contrário da Alternativa 1 que o atravessa numa grande extensão tal como uma vasta Área de Interesse Ecológico. A Solução 1 afasta-se da área do Sítio do Carregal do Sal pelo que, por estes motivos, trará menos impactes negativos nas áreas ambientalmente mais sensíveis. -----

-----No que toca ao Troço 2, desde o nó de Travanca de Lagos ao Nó da Folhadosa, o município de Oliveira do Hospital revê-se nesta proposta, destacando a existência de três importantes nós de ligação aos principais pontos estratégicos para o desenvolvimento desta área no município. Ressalva-se a devida atenção à proximidade de aglomerados urbanos e habitação dispersa, o Sítio do Carregal do Sal da rede Natura 2000 e áreas de valor natural e ecológico que deverão ser respeitadas e preservadas aquando a construção dos traçados. -----

-----IC6 – Oliveira do Hospital/Covilhã -----

-----No que toca ao troço 1 do lanço IC6 – Oliveira do Hospital/Covilhã, na parte considerada entre o nó da Folhadosa e Vide, o Município de Oliveira do Hospital revê-se na opção pela Solução 1 do troço 1 até Vide, chamando-se à atenção que se deveria considerar a proposta de inserção de um nó de ligação em São Gião e consequentemente à EM 514, entre o Túnel 1 e o Túnel 2, de modo a beneficiar toda esta área com potencial turístico e bastante





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

desfavorecida em termos de acessibilidades, nomeadamente os lugares das Freguesias de São Gião, Penalva de Alva e Sandomil.-----

-----Relativamente ao restante traçado, o município concorda com as opções emanadas em EIA, ressalvando as opções dos municípios afectados pelo traçado do IC6. -----

-----Foi igualmente deliberado que, relativamente às propostas de traçado do IC37 em Avaliação de Impacte Ambiental, a proposta mais favorável para o Município de Oliveira do Hospital, e considera-se que para toda a região Pinhal Interior, Serra da Estrela e Dão Lafões, não obstante as considerações emanadas em EIA, será a Solução 1. -----

-----A Solução 1 posiciona-se com maior centralidade geográfica na região centro permitindo, uma aproximação mais justa de todos os município que necessitam do IC37, nomeadamente Oliveira do Hospital, Seia, Nelas, Carregal do Sal e Arganil, concretizando os objectivos do plano rodoviário para a região centro que passam pela ligação entre a rede fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou extra concelhia, estabelecer as ligações de maior interesse regional, com benefícios em termos de uma melhor fluidez de tráfego com ganhos de tempo, com repercussões no desenvolvimento económico e social numa perspectiva de valorização e coesão territorial. -----

-----Porque será a via de maior importância na ligação Viseu/Covilhã nesta região e de articulação entre os IC6, IC7, IC12, A25 e IP3, deverá localizar-se o mais estrategicamente possível numa posição geograficamente central de modo a aproximar os municípios mais desfavorecidos. Assim, para os municípios de Oliveira do Hospital, Seia, Nelas, Carregal do Sal e através da ligação com o do IC6, o sul do município de Seia, os municípios de Arganil, Covilhã e Pampilhosa da Serra este traçado será o mais favorável. -----

-----Deste modo, a ligação Covilhã/Viseu será mais rápida e directa através da solução 1 do IC37, possibilitando aos lugares mais longínquos e desfavorecidos uma real aproximação e, por sua vez, mitigar as dificuldades de mobilidade. Assim, para além da região a norte da EN 17, permite também uma melhor articulação entre Viseu, os lugares e os municípios da região a sul da EN17, como Alvôco das Várzeas, Aldeia das Dez, São Gião, Alvôco da Serra, Vide, Loriga, Arganil, Teixeira, Erada, etc. -----

-----A Solução 2 pende para nascente pelo que apenas beneficiará os municípios de Seia, Nelas nascente, Gouveia e Mangualde e, verifica-se que Mangualde possui já uma excelente rede rodoviária existente (A25), Gouveia uma proximidade evidente que hoje detém à A25 e que irá melhorar com a concretização do IC6, permitindo rápido acesso à A25, enquanto que os restantes municípios, nomeadamente Oliveira do Hospital, Seia e Arganil se encontram marginalizados no que toca ao acesso à rede rodoviária complementar. -----

-----Por outro lado, a articulação (nós de ligação) entre os IC6, IC7 e IC37 deveria tender para uma aproximação física facilitando a interrelação entre os principais lugares, salientando-se que o Nó de Seia (Sul) se encontra mais próximo do IC6 e da interligação com o IC7.--- -----

-----A Solução 1 permitirá às populações do litoral norte aceder mais rapidamente à região de Turismo da Serra da Estrela, nomeadamente ao Parque Natural da Serra da Estrela, ao Complexo do Açor e, também, a toda a região dos Vales do Alva e Alvôco. -----

-----O Município de Oliveira do Hospital considera a Solução 1 mais favorável também porque, uma vez que é a solução que mais se aproxima do seu território, permitirá a melhoria das acessibilidades da sua zona norte e uma acessibilidade directa a Viseu, ao IC12 e, por sua vez à A25 e IP3, que actualmente não possui. -----

-----O Nó de Paranhos próximo da Sobreda estabelecerá a ligação à EM505 que liga à ER231-2, localizada no município de Oliveira do Hospital, e à EN231 localizada no Município



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de Seia, equidistante de Paranhos da Beira e Seixo da Beira, permitindo melhorar os acessos tanto nos município de Seia como de Oliveira do Hospital, equilibrando, deste modo a distribuição da rede rodoviária municipal e supra municipal existente entre estes dois municípios. -----

-----Este nó, para além de estabelecer ligações na rede rodoviária municipal e supra municipal existente entre os dois municípios, irá beneficiar a Zona Industrial da Cordinha, favorecendo a implementação de actividades empresariais, tal como o desenvolvimento dos aglomerados urbanos existentes, melhorando a mobilidade desta região. -----

-----O Nó de Caldas da Felgueira irá beneficiar um rápido acesso à Termas de Caldas da Felgueira, um importante ponto de turismo de saúde e lazer da região e, também, a zona sul do município de Nelas e a zona norte do município de Oliveira do Hospital.-----

-----A existência do Nó de Nelas Poente, um nó de ligação geograficamente central no Município de Nelas e a sua correcta articulação com o IC12 e a EN234, permitirá, para este município e para a região envolvente (municípios de Oliveira do Hospital, Seia, Carregal do Sal e Mangualde), um excelente ponto de articulação com a rede rodoviária existente, uma melhoria da acessibilidade e mobilidade, ao contrário do que acontece na solução 2, em que se beneficiam apenas as interrelações entre Nelas e Mangualde. -----

-----Assim, considera-se que a Solução 1 do traçado do IC37 será mais favorável, favorecendo o desenvolvimento desta região e contribuindo para o seu desenvolvimento económico e social.-----

----- Neste momento, o Vereador Paulo Rocha deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais.-----

**3.5 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:** -----

**3.5.1 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE LAGARES DA BEIRA - "VII LAGARES FASHION"** -----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer autorização para a colocação de uma faixa na entrada de Lagares da Beira, a seguir à rotunda da estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha, no âmbito do “VII Lagares Fashion”, a ter lugar no próximo dia 28 de Maio do corrente ano.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----Foi igualmente deliberado isentar o Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.-----

**3.5.2 - PAD – 2º GRANDE PRÉMIO LIBERTY SEGUROS** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer a isenção do pagamento das taxas especiais de ruído e de licença de ocupação da via pública inerentes à realização do 2º GP Liberty Seguros, evento em que o Município de Oliveira do Hospital se apresenta como palco final da 1ª etapa que terá lugar no próximo dia 14 de Maio, Sexta-feira. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas. ---



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Ainda sobre este assunto, o Presidente da Câmara convidou os senhores vereadores a assistirem ao referido evento e bem assim a estarem presentes no jantar que será oferecido pela Câmara Municipal aos membros da organização daquele evento. -----

**3.6 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE:** -----

**3.6.1 - ZAIDA MUSSA VARELA - "ACESSÓRIOS DE MODA"** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer autorização para colocação de uma placa publicitária, com face única, no seu estabelecimento, sito no Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

**3.7 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**a) INSTITUIÇÕES:** -----

**a-1) ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **6.115,00 € (Seis mil, cento e quinze euros)** como apoio às despesas com a realização dos almoços integrados nas comemorações do 25 de Abril/2010 e nas comemorações do aniversário daquela Associação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**a-2) ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGOH**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação de Estudantes da ESTGOH, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**, como apoio à realização da Semana Académica, que terá lugar entre os dias 18 e 23 de Maio, no novo espaço da Feira, em Oliveira do Hospital, salientando que, no que diz respeito ao apoio logístico, os pedidos foram atendidos, estando já a ser tratados com o Presidente da mencionada Associação de Estudantes. -----

-----Interveio o Vereador José Carlos Mendes que realçou a importância deste evento para o concelho e particularmente para a cidade de Oliveira do Hospital. Considerou no entanto que o local mais indicado para a realização das actividades a desenvolver no âmbito da Semana Académica, na sua opinião, é o Parque do Mandanelho, atendendo à qualidade daquele espaço. Disse assim entender que o subsídio ora proposto cobriria as despesas que aquela Associação poupava se utilizasse o Parque do Mandanelho. Referiu igualmente entender que também seria melhor para a cidade no que diz respeito ao ruído porque o Parque do Mandanelho tem condições acústicas que diminuem a saída do som para os agregados populacionais, sublinhando que “na minha perspectiva



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

é um erro eles não utilizarem o Parque do Mandanelho, porque acho que não sairia tão degradado como sempre se disse que sairia”. Salientou ainda que “é preciso é responsabilizar as pessoas relativamente a este tipo de utilizações”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara deu conta que reuniu com o Presidente da Associação de Estudantes da ESTGOH, e que, do que pôde perceber, a maioria dos estudantes continuam a preferir o espaço do Parque dos Marmelos para a realização daquele evento, realçando que a utilização do novo espaço da feira será a título experimental. Lembrou no entanto que, na sua opinião, o Parque do Mandanelho seria efectivamente a melhor opção para a realização da Semana Académica. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho e a abstenção do Vereador Mário Alves, que a justificou pelas razões invocadas anteriormente relativamente a esta matéria e porque entende que a Câmara Municipal deve manifestar o seu apoio através da disponibilização do espaço e de apoio logístico, à semelhança de anos anteriores, considerando que se trata de um evento com entradas pagas, nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

-----**Os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS declararam ainda votar favoravelmente com a ressalva de que entendem que a opção mais correcta para a realização da Semana Académica seria o Parque do Mandanelho, tendo em conta as condições físicas e acústicas, existentes naquele espaço.**-----

**a-3) FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA -**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Seixo da Beira, um subsídio no montante de **18.480,00 € (Dezoito mil, quatrocentos e oitenta euros)**, como apoio à construção de casas de banho no recinto de apoio às festas de Nossa Senhora da Saúde, no lugar de Vale Torto, freguesia de Seixo da Beira. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu que a Festa de Nossa Senhora da Saúde só se realiza uma vez por ano, entendendo assim que, nesta fase, seria muito mais importante dignificar o Largo da Capela, no sentido urbanístico, do que a construção das referidas casas de banho. -----

-----Os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS referiram entender que, à semelhança de outras situações, os serviços técnicos da autarquia devem efectuar o acompanhamento da referida obra. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que os serviços técnicos acompanharam a execução da obra e que a mesma serve também de apoio à Casa Mortuária nas imediações, aquando dos velórios.

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.** -----

**a-4) FUTEBOL CLUBE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Futebol Clube de Oliveira do Hospital – Secção de Hóquei em Patins um subsídio no montante de **2.500,00 € (Dois mil e quinhentos euros)** como apoio à realização do “IX



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Torneio de Hóquei Cidade d'Oliveira do Hospital, a ter lugar nos dias 4,5 e 6 de Junho, no Pavilhão Municipal de Oliveira do Hospital, realçando a importância deste evento desportivo para a promoção/divulgação do concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----O Vereador Mário Alves declarou votar favoravelmente com a ressalva de que as equipas se devem mentalizar que a Câmara Municipal dá o subsídio anual e não deve haver mais subsídios. Disse ainda entender que, face à crise que se vive no país, tem que se obrigar as pessoas a serem moderadas nas suas decisões relativamente à selecção de iniciativas no sentido de as desenvolverem com o menor custo possível. Mais referiu que “isso é implicativo daquilo que são dados de boa gestão”. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes considerou igualmente que a atribuição deste tipo de subsídios deve ser entregue conforme o plano de actividades que diferencia cada associação relativamente ao trabalho desenvolvido, salientando que “não podemos andar a atribuir subsídios sucessivamente”. -----

-----O Presidente da Câmara disse reconhecer que, com a atribuição deste subsídio, “se abrem alguns precedentes”, pelo que entende que à semelhança de outros municípios, o executivo deve elaborar um regulamento que, com alguma coerência, defina critérios para a atribuição deste tipo de verbas. Reconheceu igualmente tratar-se de um torneio que tem dado uma grande dinâmica ao concelho de Oliveira do Hospital mas considera efectivamente que “não podemos, por uma iniciativa qualquer, estar a atribuir subsídios”. Sublinhou ainda que “o país está em crise e não podemos ter um discurso de vida de rico”, referindo que “devemos ter todos um discurso de contenção em relação às verbas do município”. -----

-----**a-5) GRUPO DE JOVENS SHALOM – FREGUESIA DE SANTA OVAIA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta, datada de 19 de Abril de 2010, remetida pelo Grupo de Jovens acima identificado, a solicitar a atribuição de um subsídio, como apoio à realização do “III Concurso de Fotografia denominado “Ser feliz é...””, que decorrerá de 1 a 31 de Maio, nomeadamente para fazer face às despesas tidas e pagamento de prémios. -----

-----**Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, oferecer ao Grupo de Jovens SHALOM, da freguesia de Santa Ovaia, os prémios necessários para o efeito.**-----

-----**a-6) TUNA CANTARES DE AVÔ**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta remetida pela Tuna Cantares de Avô, a solicitar a atribuição de um apoio monetário para aquisição de equipamento de som como apoio ao bom desenvolvimento das suas actividades culturais. -----

-----Sobre o assunto, os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre - OHS declararam votar favoravelmente a atribuição do referido apoio, por se tratar de um grupo novo, entendendo assim que todos os grupos que se formem no concelho, para defenderem as tradições populares e que ocupem os tempos livres, quer dos jovens, quer dos adultos, de forma a que proporcionem a outros momentos interessantes, devem efectivamente ser apoiados pelo município. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves declarou votar favoravelmente com a ressalva de que, tratando-se de um grupo recente, lhe parece que ainda não reúne as condições que entende que devem ser necessárias e suficientes para que efectivamente se dê o referido apoio, defendendo a atribuição de um subsídio de “arranque” até que o mesmo prove a qualidade do seu empenho. -----

-----A Vereadora Graça Silva informou que a Câmara Municipal tem estado a acompanhar o trabalho realizado pela Tuna em apreço, lembrando a necessidade de lhes ser cedido um espaço mais adequado para a realização dos ensaios uma vez que estes têm sido desenvolvidos numa garagem de um dos elementos que compõe o referido grupo. -----

-----O Vereador Mário Alves disse tratar-se de uma situação que no seu entender não é razoável pelo facto de existirem alguns espaços na freguesia de Avô que julga servirem para o efeito, citando como exemplo o Centro Cultural de Avô e a sede da Filarmónica de Avô, sublinhando que “as coisas quando nascem assim, nascem muito tortas”.-----

-----A Vereadora Graça Silva realçou ainda o facto do referido grupo ter investido, quer nos instrumentos, quer nos seus trajes, mostrando uma grande vontade de trabalhar. Disse no entanto perceber que algo não está bem, pelo que já manifestou a sua vontade de dialogar com o Presidente da Junta de Freguesia de Avô no sentido de perceber o que se passa. Mais referiu que o grupo em causa pretende alargar as suas actividades nomeadamente no âmbito da aprendizagem de música e de dança, salientando a importância deste projecto. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que todas essas actividades devem ser realizadas no espaço existente naquela freguesia para o efeito. Disse ainda entender que “se ali existe eventualmente alguma clivagem entre pessoas não pode a autarquia participar no sentido de aumentar essas clivagens”, sublinhando que “a autarquia deve ser o motor da união e nunca da desunião”. -----

-----Os Vereadores eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS referiram que, face a esta situação e a outras que conhecem existir no concelho, consideram que a Câmara Municipal deve ser o meio estabilizador de todo o associativismo no concelho. Referiram ainda ter a noção que muitas vezes, por questões pessoais entre habitantes, são criadas novas associações que só vêm criar divisões no seio da população. No que diz respeito à situação em causa referiram entender que a Vereadora do Pelouro deve efectivamente averiguar sobre o que se passa. Referiram ainda corroborar a posição do Vereador Mário Alves por entenderem que, se há instalações na freguesia que permitem melhores condições para a realização dos ensaios, do que outras que pensam utilizar, deve-se tentar que as associações em questão colaborem e que a população no seu todo esteja o mais unida possível. Salientaram igualmente que “independentemente de reconhecerem que a Tuna já detém alguma qualidade, a Câmara Municipal deve tentar junto das instituições daquela vila ajudar a resolver e a esbater essas questões”. -----

-----A Vereadora Graça Silva lembrou que aquilo que lhe foi transmitido inicialmente é que ensaiavam num garagem particular por falta de espaço, sublinhando que só agora está a ouvir que existem espaços com condições para o efeito. Salientou ainda que “eu não sei se há espaço e se há condições. Pediram-me um espaço e, sendo a Câmara Municipal, o tal elemento mediador, eu achei extremamente importante que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tenha conhecimento do que se está a passar, e é nesse sentido que eu vou juntar as partes”. -----

-----Interveio o Vereador Mário Alves lembrando que na freguesia de Avô já existe uma escola de música. -----

-----Interveio o Vereador José Francisco Rolo que referiu ter assistido ao espectáculo de apresentação pública da Tuna, em Avô, no Centro Cultural, cuja sala estava completamente cheia de pessoas, que aplaudiam com muito entusiasmo a actuação daqueles elementos, não tendo apreciado ou registado qualquer tipo de mau estar entre os presentes em relação àquele novo grupo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelo exposto, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Tuna Cantares de Avô, um subsídio no montante de **3.228,00 € (Três mil, duzentos e vinte e oito euros)**, para aquisição do referido equipamento de som, nomeadamente, uma mesa de mistura amplificada, duas colunas, dois monitores amplificados e 12 microfones, valor este que será sujeito a um reajustamento aquando da atribuição dos subsídios anuais às associações/colectividades. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**b) AUTARQUIAS:** -----

-----**b-1) FREGUESIA DE LAGOS DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Lagos da Beira um subsídio no montante de **1.000,00 € (Mil euros)**, para fazer face a despesas tidas com a manutenção das instalações do Jardim-de-infância (Pré-Primária), a funcionar na sede daquela autarquia.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**b-2) FREGUESIA DE VILA FRANCA DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, retirar este assunto da ordem do dia. -----

-----**b-3) FREGUESIAS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -  
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara fez a seguinte proposta que se transcreve na íntegra: -----

-----“Considerando que compete à Câmara Municipal definir formas de apoio às freguesias, nos termos legais, considerando que, de forma a proporcionar maior transparência e equidade na atribuição de verbas às freguesias procurou-se, utilizando os mesmos critérios usados no Orçamento de Estado para a definição das transferências de verbas para as mesmas, elaborar uma proposta de transferências de capital para aqueles órgãos autárquicos, já analisada e consensualizada com os mesmos, documento que se submete à aprovação da Câmara Municipal, conforme verba oportunamente inscrita nas Grandes Opções do Plano:-----

FREGUESIA	FÓRMULA DE CÁLCULO	% Fundo Financiamento Freguesias	PROPOSTA 2010 (euros)
ALDEIA DAS DEZ	Fundo Financiamento Freguesias	4,62%	23.100,00 €
ALVOCO DAS VÁRZEAS		3,82%	19.100,00 €
AVÔ		3,82%	19.100,00 €
BOBADELA		3,82%	19.100,00 €
ERVEDAL DA BEIRA		5,59%	27.950,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

LAGARES DA BEIRA	5,46%	27.300,00 €
LAGOS DA BEIRA	4,15%	20.750,00 €
LAJEOSA	3,82%	19.100,00 €
LOUROSA	4,23%	21.150,00 €
MERUGE	3,82%	19.100,00 €
NOGUEIRA DO CRAVO	6,92%	34.600,00 €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	8,91%	44.550,00 €
PENALVA DE ALVA	4,71%	23.550,00 €
SANTA OVAIA	3,82%	19.100,00 €
SÃO GIÃO	4,14%	20.700,00 €
SÃO PAIO DE GRAMAÇOS	3,92%	19.600,00 €
SÃO SEBASTIÃO DA FEIRA	3,82%	19.100,00 €
SEIXO DA BEIRA	7,32%	36.600,00 €
TRAVANCA DE LAGOS	5,65%	28.250,00 €
VILA FRANCA DA BEIRA	3,82%	19.100,00 €
VILA POUCA DA BEIRA	3,82%	19.100,00 €
TOTAL	100,00%	500.000,00 €

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.-----

**3.8 - OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**3.8.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.2

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 23 de Abril e 06 de Maio de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**3.8.2 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAGARES DA BEIRA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE LICENCIAMENTO**-----

D.S.T.

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da obra de “Construção de Quartel – Reapreciação – Alteração/Regularização”, no lugar e freguesia de Lagares da Beira. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto no nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços, deferir o pedido.-----

**3.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----

-----**3.9.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.3



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 26 de Abril e 10 de Maio de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**3.9.2 – PAD – 2º GRANDE PRÉMIO LIBERTY SEGUROS – CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO**-----

D.A.G.F.

-----No âmbito da realização da 2ª edição do Grande prémio Liberty Seguros, que decorrerá entre 14 e 16 de Maio do corrente ano, evento em que o Município de Oliveira do Hospital se apresenta como palco final da 1ª etapa daquela edição, no dia 14 de Maio, o Presidente da Câmara informou a Câmara Municipal da necessidade de condicionamento do trânsito e reserva dos estacionamento adjacentes à Avenida Dr. Carlos Campos, entre as 20h00 de 13 de Maio, Quinta-feira e as 21h00 do dia 14 de Maio, Sexta-Feira.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

**4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES**-----

-----**4.1 - REGULAMENTO DO CONCURSO "ESCOLAS EMPREENDEDORAS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL" - ANÁLISE E APROVAÇÃO**-----

D.A.G.F./DOC.4

-----No seguimento da deliberação camarária de 27 de Abril de 2010, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Regulamento em epígrafe, com as alterações propostas pelo Vereador Mário Alves, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**5 - OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----**5.1 – ARCIAL – INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à ARCIAL, um subsídio no montante de 900,00 € (Novecentos euros) para fazer face às despesas tidas com o almoço realizado no dia da inauguração da nova sede daquela Associação.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**5.2 – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGOH – SEMANA ACADÉMICA/2010**-----

D.A.G.F./Proc.69

-----Nos termos do disposto no nº 2, do artº 29º, do Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de Dezembro, participa que no próximo dia 20 de Maio, pelas 15h00, irá realizar-se nas ruas da cidade de Oliveira do Hospital o Cortejo Académico, decorrente da Semana Académica/ 2010.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**-----5.3 – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGOH – SEMANA ACADÉMICA/2010-----**

D.A.G.F./Proc.6/1

----- Ainda no âmbito da Semana Académica/2010, solicita a cedência do Parque do Mandanelho para o dia 23 de Maio, pelas 11h00, para realização da Missa da Bênção das Pastas. -----

----- **A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, autorizar a cedência do referido espaço, conforme solicitado.** -----

**----- 5.4 – INFORMAÇÕES DA VEREADORA GRACA SILVA-----**

----- A Vereadora Graça Silva deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião do Conselho Municipal da Juventude, que teve lugar no passado dia 30 de Abril, dando conta que entre os assuntos tratados e abordados foi dado conhecimento do ponto de situação relativamente à elaboração do Regimento daquele órgão e bem assim acerca da organização do Festival da Juventude, de onde resultou a criação de uma comissão de trabalho para inserir as suas actividades no âmbito da EXPOH, a realizar pela Câmara Municipal. -----

----- Deu igualmente conhecimento da sua presença na Reunião do Conselho Municipal da Educação, que teve lugar no passado dia 6 de Maio, dando conta que entre os assuntos tratados e abordados, foi dado conhecimento do ponto de situação da Rede Escolar, salientando que “é um dos pontos mais preocupantes e questionáveis no âmbito da educação. -----

----- Mais informou que durante o corrente mês de Maio irão decorrer na Casa da Cultura César Oliveira as Jornadas de Teatro Escolar. -----

----- Deu ainda conhecimento que no próximo dia 15 de Maio, Sábado, pelas 15h00, irá decorrer a cerimónia de trasladação das cinzas do corpo do Prof. José Vitorino de Pina Martins, em Penalva de Alva, a qual, como referiu, está a ser articulada entre a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e o Presidente daquela Junta de Freguesia. -----

----- Informou também que no próximo dia 16 de Maio irá realizar-se, em Oliveira do Hospital, o “I Encontro de Concertinas”. -----

----- A pedido do Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos convidou os senhores vereadores a participarem no passeio de pedestrianismo que terá lugar no próximo dia 23 de Maio, pelas 9h00, seguido de um almoço convívio pelas 13h00. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**----- 5.5 – INFORMAÇÕES DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----**

----- O Vereador José Francisco Rolo informou a Câmara Municipal que no que diz respeito ao Pelouro do Ambiente, foram distribuídos por todas as freguesias do concelho, 100 contentores de 800 litros mais 50 de 360 litros, os quais foram seleccionados de acordo com as necessidades identificadas junto dos respectivos Presidentes de Junta de Freguesia, o que proporcionou ao concelho um aumento de 98.000 litros em termos de capacidade de deposição de resíduos sólidos urbanos. Deu ainda conta que na freguesia de Avô foi destruído um ecoponto, por acto de vandalismo, situação que como referiu já foi comunicada à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão tendo em vista a sua substituição. -----

----- **A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 11 de Maio de 2010 -----

Presidente

\_\_\_\_\_

Vereadores

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 11 DE MAIO  
DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**